

a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por prescrição de termo de identidade e residência.

25 de Outubro de 2006. — A Juíza de Direito, *Maria de Fátima Cerveira da Cunha Lopes Furtado*. — A Escrivã Auxiliar, *Emília Gomes*.

Aviso n.º 7149/2006 — AP

A Dr.ª Maria de Fátima Cerveira da Cunha Lopes Furtado, juíza de direito do 2.º Juízo Criminal do Tribunal da Comarca de Braga, faz saber que no processo comum (tribunal singular), n.º 210/01.3TABRG, pendente neste Tribunal contra o arguido Cristina Martins Reis, filho de José Raimundo Ribeiro dos Reis e de Marlene Maria das Graças Reis, natural do Brasil, nascido em 23 de Novembro de 1979, solteiro, com domicílio na Avenida Vasco da Gama, Edifício Silva, Porto, 132, 9.º-A, Póvoa de Varzim, 4490, por se encontrar acusado da prática de um crime de emissão de cheque sem provisão, praticado em 6 de Novembro de 2000, foi o mesmo declarado contumaz, em 27 de Outubro de 2006, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração e a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas, e, ainda, o arresto da totalidade ou em parte dos seus bens, nos termos do disposto no artigo 337.º, n.º 3, do referido diploma legal.

31 de Outubro de 2006. — A Juíza de Direito, *Maria de Fátima Cerveira da Cunha Lopes Furtado*. — O Escrivão-Adjunto, *Emanuel Teixeira*.

Aviso n.º 7150/2006 — AP

A Dr.ª Maria de Fátima Cerveira da Cunha Lopes Furtado, juíza de direito do 2.º Juízo Criminal do Tribunal da Comarca de Braga, faz saber que no processo comum (tribunal singular) n.º 13182/04.3TDLSB, pendente neste Tribunal contra o arguido Cristina Maria Silva Mota Dias, filho de José Maria Sousa Mota e de Maria Fernanda da Costa e Silva, natural de São João do Souto, Braga, de nacionalidade portuguesa, nascido em 13 de Abril de 1978, divorciado, com profissão desconhecida ou sem profissão com a identificação fiscal n.º 212328484, titular do bilhete de identidade n.º 11282507, com domicílio na Praça Flávio Sá Leite, 4, rés-do-chão, direito, 4715-028 Braga, por se encontrar acusado da prática de um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelo artigo 11.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 316/97 de 19 de Novembro, praticado em 13 de Julho de 2004, por despacho de 31 de Outubro de 2006, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por prestação de termo de identidade e residência.

31 de Outubro de 2006. — A Juíza de Direito, *Maria de Fátima Cerveira da Cunha Lopes Furtado*. — O Escrivão-Adjunto, *Emanuel Teixeira*.

Aviso n.º 7151/2006 — AP

A Dr.ª Maria de Fátima Cerveira da Cunha Lopes Furtado, juíza de direito do 2.º Juízo Criminal do Tribunal da Comarca de Braga, faz saber que no processo comum (tribunal singular), n.º 1016/05.6GCBRG, pendente neste Tribunal contra o arguido Rodovane Rbibih, natural de Marrocos, de nacionalidade marroquina, nascido em 21 de Outubro de 1975, casado (regime: desconhecido), autorização de residência n.º 4445, com domicílio na Rua António Pereira Marques, 22, Aver-o-Mar, 4490 Póvoa de Varzim, por se encontrar acusado da prática de um crime de contrafacção (direito de autor), previsto e punido pelo artigo 196.º da Lei n.º 114/91, praticado em 4 de Setembro de 2005, foi o mesmo declarado contumaz, em 24 de Julho de 2006, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que cadu-

cará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração e a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas, e, ainda, o arresto da totalidade ou em parte dos seus bens, nos termos do disposto no artigo 337.º, n.º 3, do referido diploma legal.

2 de Novembro de 2006. — A Juíza de Direito, *Maria de Fátima Cerveira da Cunha Lopes Furtado*. — A Escrivã-Adjunta, *Maria Celeste Moscoso*.

Aviso n.º 7152/2006 — AP

A Dr.ª Maria de Fátima Cerveira da Cunha Lopes Furtado, juíza de direito do 2.º Juízo Criminal do Tribunal da Comarca de Braga, faz saber que no processo comum (tribunal singular), n.º 56/05.0PEBRG, pendente neste Tribunal contra o arguido Iulian Flora, filho de Nicolai Flórea e de Alexandrina Flórea, natural da Roménia, de nacionalidade romena, nascido em 11 de Março de 1980, solteiro, passaporte n.º 10060798, com domicílio na Praceta do Minho, 40, 2.º, esquerdo, 2870 Montijo, por se encontrar acusado da prática de um crime de falsificação de documento, previsto e punido pelo artigo 256.º do Código Penal, praticado em Julho de 2005, foi o mesmo declarado contumaz, em 27 de Setembro de 2006, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração e a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas.

13 de Novembro de 2006. — A Juíza de Direito, *Maria de Fátima Cerveira da Cunha Lopes Furtado*. — O Escrivão-Adjunto, *Emanuel Teixeira*.

Aviso n.º 7153/2006 — AP

A Dr.ª Maria de Fátima Cerveira da Cunha Lopes Furtado, juíza de direito do 2.º Juízo Criminal do Tribunal da Comarca de Braga, faz saber que no processo comum (tribunal singular), n.º 56/05.0PEBRG, pendente neste Tribunal contra o arguido Mihai Octaviane Enache, filho de Ion Enache e de Maria Enache, natural da Roménia, de nacionalidade romena, nascido em 30 de Maio de 1977, solteiro, passaporte n.º 4476099, com domicílio na Praceta do Minho, 40, 2.º esquerdo, 2870 Montijo, por se encontrar acusado da prática de um crime de falsificação de documento, previsto e punido pelo artigo 256.º do Código Penal, praticado em Julho de 2005, foi o mesmo declarado contumaz, em 27 de Setembro de 2006, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração e a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas.

13 de Novembro de 2006. — A Juíza de Direito, *Maria de Fátima Cerveira da Cunha Lopes Furtado*. — O Escrivão-Adjunto, *Emanuel Teixeira*.

3.º JUÍZO CRIMINAL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE BRAGA

Aviso n.º 7154/2006 — AP

A Dr.ª Maria Deolinda G. G. Dionísio, juíza de direito do 3.º Juízo Criminal do Tribunal da Comarca de Braga, faz saber que no processo comum (tribunal singular) n.º 2171/02.2PBBERG, pendente

neste Tribunal contra o arguido Luciano Carlos da Silva, filho de Maria Luíza da Silva, natural do Brasil, de nacionalidade brasileira, nascido em 8 de Março de 1979, com profissão desconhecida ou sem profissão, passaporte n.º CL 430897, com domicílio na Rua Heliodoro Salgado, 36, rés-do-chão, 1170-170 Lisboa, por se encontrar acusado da prática de um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelo artigo 11.º, n.º 1, alínea *a*), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 316/97, de 19 de Novembro, praticado em 22 de Agosto de 2002, por despacho de 3 de Novembro de 2006, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por ter sido detido e prestado termo de identidade e residência.

7 de Novembro de 2006. — A Juíza de Direito, *Maria Deolinda G. G. Dionísio*. — A Escrivã-Adjunta, *Alzira Ribeiro*.

Aviso n.º 7155/2006 — AP

A Dr.ª Sofia Marinho Pires, juíza de direito do 3.º Juízo Criminal do Tribunal da Comarca de Braga (em regime de estágio), faz saber que no processo comum (tribunal singular) n.º 797/05.1TABRG, pendente neste Tribunal contra o arguido Francisco José Fernandes Garcia Reis, filho de Francisco Manuel dos Reis e de Maria Madalena Fernandes Garcia dos Reis, natural de Mirandela, Mirandela, de nacionalidade portuguesa, nascido em 22 de Novembro de 1985, solteiro, titular do bilhete de identidade n.º 13289761, com domicílio na Rua Alexandre Herculano, 48, 1, 5370-210 Mirandela, por se encontrar acusado da prática de um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelo artigo 11.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 316/97, de 19 de Novembro, praticado em 17 de Dezembro de 2004, por despacho de 7 de Novembro de 2006, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal.

8 de Novembro de 2006. — A Juíza de Direito, *Sofia Marinho Pires*. — A Escrivã-Adjunta, *Carolina R. P. C. Macedo*.

Aviso n.º 7156/2006 — AP

A Dr.ª Sofia Marinho Pires, juíza de direito do 3.º Juízo Criminal do Tribunal da Comarca de Braga (em regime de estágio), faz saber que no processo abreviado n.º 1328/00.5TABRG, pendente neste Tribunal contra o arguido Alberto Gonçalves Ferreira, filho de Alfredo Altino Garcia Ferreira e de Mariana Gonçalves Portelinha, natural de Matosinhos, de nacionalidade portuguesa, nascido em 22 de Fevereiro de 1965, divorciado, com a identificação fiscal n.º 155020510, titular do bilhete de identidade n.º 6961619, com domicílio na Rua Feliciano Ramos, 32, 8.º-D, São Vicente, 4700 Braga, por se encontrar acusado da prática de um crime de desobediência, previsto e punido pelo artigo 348.º, n.º 1, alínea *a*), do Código Penal, praticado em 12 de Outubro de 2000, por despacho de 7 de Novembro de 2006, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por caducidade.

8 de Novembro de 2006. — A Juíza de Direito, *Sofia Marinho Pires*. — A Escrivã-Adjunta, *Alzira Ribeiro*.

4.º JUÍZO CRIMINAL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE BRAGA

Aviso n.º 7157/2006 — AP

O Dr. Emídio José Magalhães Sant'Ana da Rocha Peixoto, juiz de direito do 4.º Juízo Criminal do Tribunal da Comarca de Braga, faz saber que no processo comum (tribunal singular) n.º 703/93.4TBRRG, com antigo n.º 590/93, pendente neste Tribunal contra o arguido António Ferreira Mendes, filho de José Mendes e de Almerinda Ferreira, de nacionalidade portuguesa, nascido em 5 de Novembro de 1945, casado (regime: comunhão de adquiridos), com a profissão de encarregado de limpeza, titular do bilhete de identidade n.º 2928739, com domicílio na Rua António de Barros, 218,

Caldas das Taipas, 4805-353 Caldas das Taipas, por se encontrar acusado da prática de um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelo artigo 11.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, e 313.º do Código Penal, praticado em Novembro 1992, por despacho de 18 de Outubro de 2006, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por ter prestado termo de identidade e residência.

19 de Outubro de 2006. — O Juiz de Direito, *Emídio José Magalhães Sant'Ana da Rocha Peixoto*. — A Escrivã-Adjunta, *Maria Adelaide Medeiros*.

Aviso n.º 7158/2006 — AP

O Dr. Emídio José Magalhães Sant'Ana da Rocha Peixoto, juiz de direito do 4.º Juízo Criminal do Tribunal da Comarca de Braga, faz saber que no processo comum (tribunal singular) n.º 397/92.4TBRRG, ex. processo n.º 313/94, pendente neste Tribunal contra o arguido José Cardoso Fernandes, filho de António Fernandes e de Adelaide de Sousa Cardoso, nascido em 23 de Fevereiro de 1937, casado, com domicílio na Rua Andrade Corvo, 8, Maximinos, 4700 Braga, por se encontrar acusado da prática de um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelo artigo 11.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 316/97 de 19 de Novembro, praticado em 25 de Dezembro de 1991, por despacho de 6 de Outubro de 2006, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por ter prestado termo de identidade e residência.

20 de Outubro de 2006. — O Juiz de Direito, *Emídio José Magalhães Sant'Ana da Rocha Peixoto*. — A Escrivã-Adjunta, *Maria Manuela C. Matos Silva*.

Aviso n.º 7159/2006 — AP

O Dr. Emídio José Magalhães Sant'Ana da Rocha Peixoto, juiz de direito do 4.º Juízo Criminal do Tribunal da Comarca de Braga, faz saber que no processo comum (tribunal singular) n.º 789/03.5TABRG, pendente neste Tribunal contra a arguida Maria Joaquina Costa, de nacionalidade angolana, nascida em 12 de Dezembro de 1969, solteira, com passaporte n.º 28855, com domicílio na Urbanização da Valada, Rua 8, 2, 1.º, esquerdo frente, Rio Meão, 4000 Rio Meão, por se encontrar acusada da prática de um crime de ofensa à integridade física simples, praticado em 13 de Janeiro de 2003, por despacho de 31 de Outubro de 2006, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por ter prestado termo de identidade e residência.

3 de Novembro de 2006. — O Juiz de Direito, *Emídio José Magalhães Sant'Ana da Rocha Peixoto*. — A Escrivã-Adjunta, *Maria Manuela C. Matos Silva*.

Aviso n.º 7160/2006 — AP

O Dr. Emídio José Magalhães Sant'Ana da Rocha Peixoto, juiz de direito do 4.º Juízo Criminal do Tribunal da Comarca de Braga, faz saber que no processo comum (tribunal singular) n.º 1322/00.6TABRG-A, pendente neste Tribunal contra o arguido José Maria da Silva Costa, filho de António Manuel da Costa e de Aurélia de Jesus da Silva, de nacionalidade portuguesa, nascido em 23 de Dezembro de 1947, titular do bilhete de identidade n.º 1889483, com domicílio no lugar da Vila, Lanhoso, 4830 Póvoa de Lanhoso, por se encontrar acusado da prática de um crime de falsidade de depoimento ou declaração agravado, previsto e punido pelos artigos 359.º e 361.º do Código Penal, praticado em 12 de Fevereiro de 1999, por despacho de 31 de Outubro de 2006, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por se ter apresentado.

3 de Novembro de 2006. — O Juiz de Direito, *Emídio José Magalhães Sant'Ana da Rocha Peixoto*. — A Escrivã-Adjunta, *Maria Manuela C. Matos Silva*.